

DOS CAMPOS DE BATALHA À CORTE IMPERIAL: a relação entre os militares Visconde de Pelotas e Marquês do Herval através de suas correspondências (1869-1879)

André Fertig*
Guilherme Gründling**

RESUMO: O objetivo do artigo é abordar a trajetória de ascensão política dos militares rio-grandenses José Antônio Correa da Câmara (Visconde de Pelotas) e Manoel Luís Osório (Marquês do Herval) na segunda metade do século XIX, principalmente após a Guerra do Paraguai. Com tal finalidade, analisamos as correspondências trocadas entre eles, buscamos compreender o fenômeno histórico do ingresso de militares no sistema político nas últimas décadas do Império do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Militares na política, Guerra do Paraguai, Império do Brasil, Rio Grande do Sul

From the battlefields to the Imperial Court: the relationship between the military Visconde de Pelotas and Marquês do Herval through their correspondences (1869-1879)

ABSTRACT: The aim of this article is to address the trajectory of political ascension of the Rio Grande do Sul militaries José Antônio Correa da Câmara (Visconde de Pelotas) and Manoel Luís Osório (Marquês do Herval) in the second half of the 19th century, especially after the Paraguayan War. To this end, we analyze the correspondences exchanged between them, we seek to understand the historical phenomenon of the entry of military personnel into the political system in the last decades of the Empire of Brazil.

KEYWORDS: military in politics, War of Paraguay, Empire of Brazil, Rio Grande do Sul History.

De los campos de batalla a la Corte Imperial: la relación entre los militares Visconde de Pelotas y Marquês do Herval a través de sus correspondencias (1869-1879)

Resumen: El objetivo de este artículo es abordar la trayectoria de la ascensión política de los militares de Rio Grande do Sul José Antonio Correa da Câmara (Visconde de Pelotas) y Manoel Luís Osório (Marquês do Herval), en la segunda mitad del siglo XIX, especialmente después de la Guerra Paraguaya. Para ello, analizamos las correspondencias intercambiadas entre ellos, buscamos entender el fenómeno histórico de la entrada de personal militar en el sistema político en las últimas décadas del Imperio de Brasil.

PALABRAS CLAVE: militar en política, Guerra Paraguaya, Imperio de Brasil, Historia de Rio Grande do Sul.

*Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: Avenida Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, CEP: 97105-900, Santa Maria-RS, Brasil. E-mail: andre.fertig@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9916-7131>.

**Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é Doutorando em História na mesma Universidade e Bolsista CAPES. Contato: Rodovia BR-465, Km 07, s/n. CEP: 23890-000. Seropédica-RJ, Brasil. E-mail: gui_dec21@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8972-6470>.

Embora conterrâneos, os militares sul-rio-grandenses José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório habitaram espaços sociais distintos. Osório nasceu no dia 10 de maio de 1808, na Villa de Conceição do Arroio (atual Osório-RS), onde viveu durante boa parte de sua infância. Filho de Manoel Luís da Silva Borges e Ana Joaquina Luísa Osório, Manoel Luís cresceu na estância de seu avô materno. Antes mesmo de completar 15 anos de idade, assentou praça voluntariamente na Cavalaria da Legião de São Paulo. No entanto, somente conseguiu obter a titulação de cadete em 1824, quando um dos irmãos de seu pai, o tenente-coronel Tomás José da Silva assumiu o comando do 3º Regimento de Cavalaria do Exército. Desde então atuou ao lado do tio, ingressando como alferes no Exército Real aos 16 anos de idade.¹

Durante a campanha da Cisplatina, em 1825, Osório fez parte de um corpo de cavalaria comandado pelo estancieiro Bento Manoel Ribeiro.² Na Guerra dos Farrapos obteve três promoções consecutivas no exército.³ Atuou também na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) e, quando o conflito terminou, foi nomeado para comandar a região fronteira de São Borja. Anos mais tarde, ao eclodir a Guerra do Paraguai (1864-1870), Osório já era um militar com larga experiência em campos de batalha, com mais de 40 anos de serviços dedicados ao Império. No fim de sua participação no conflito, foi contemplado com o título de Marquês do Herval, em 29 de dezembro de 1869, quando teve de se retirar do Paraguai por motivos de enfermidade.⁴

Diferentemente de muitos de seus camaradas militares, José Antônio Correa da Câmara não era proprietário de terras, não correspondendo, portanto, ao perfil de "soldado-estancieiro", tão comum aos líderes militares de sua província como, por exemplo, a Manoel Luís Osório.⁵ Nascido em 27 de fevereiro de 1824, em Porto Alegre, Câmara apresentava um perfil essencialmente urbano e possuía vínculos sociais com indivíduos e com famílias importantes na província. Era filho de José Antônio Fernandes Lima e de Flora Corrêa da Câmara, neto por parte de mãe do militar Patrício Corrêa da Câmara (1º Barão e Visconde de Pelotas).⁶ Ele assentou praça aos 15 anos de idade, no 3º Regimento de Cavalaria Ligeira, isto é, na mesma arma de seu avô materno, o 1º Visconde de Pelotas. O ingresso nas armas do Império ocorreu quando a guerra chegou "a porta de sua casa", em 1839. A capital da província havia sido sitiada por tropas farroupilhas. Assim, em meio à Guerra Farroupilha, assentou praça nas forças imperiais, também atuando como ajudante de campo sob ordens de Bento Manoel Ribeiro.⁷ Anos mais tarde, em 1850, foi promovido à capitão e esteve também nas campanhas militares entre 1851-1852, na Banda Oriental do Uruguai. Em 1855, matriculou-se na Escola Militar de

Porto Alegre, que havia sido criada em 20 de setembro de 1851. Na Escola Militar funcionavam dois cursos, o de Infantaria e o de Cavalaria. Corrêa da Câmara optou pelo curso de Cavalaria, concluído em 1857.

No entanto, o principal destaque da carreira militar de Corrêa da Câmara aconteceu durante a Guerra do Paraguai, quando esteve em campo de batalha desde a campanha no Uruguai em 1864 até a caçada final à Solano López, em 1º de março de 1870. Poucos dias depois do fim do conflito, em 17 de março, José Antônio Corrêa da Câmara foi agraciado com o título de Visconde de Pelotas e, no dia seguinte, em 18 de março de 1870, foi promovido a marechal-de-campo.⁸

Os registros que conseguimos acerca da relação entre Manoel Luís e José Antônio são posteriores a Guerra dos Farrapos. Apesar disso, vale a pena salientar que, em 1828, ao retornar da Guerra Cisplatina, Manoel Luís Osório, que pertencia ao 5º Regimento de Cavalaria, recebeu ordens de se apresentar ao Quartel de Rio Pardo. Nessa localidade, o então tenente-coronel Osório, assim como os demais parceiros de farda, além das obrigações militares, também buscavam se integrar à Sociedade Rio-Pardense, frequentavam bailes e reuniões festivas. É bem possível que nesse período, Manoel Luís Osório tenha estreitado laços de reciprocidade com a família Corrêa da Câmara, uma das primeiras e mais reconhecidas famílias de Rio Pardo.⁹

Com o término da Guerra Farroupilha, na primeira eleição após 10 anos de conflitos, o tenente-coronel Manoel Luís Osório ingressou na política, fazendo parte da 2ª Assembleia Provincial de Deputados da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nessas eleições, realizadas em 1º de janeiro de 1846, representantes políticos de famílias de grande prestígio naquela província foram eleitos. Entre eles, além de Manoel Luís Osório, estavam também o futuro sogro de José Antônio, José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) e o tio, tenente-coronel Patrício Corrêa da Câmara. Apesar de eleito, Manoel Luís pouco compareceu ao plenário, pois já nesse período o que lhe despertava grande interesse era a atuação nos bastidores das eleições, dos processos de qualificação e das tramadas políticas da província de São Pedro do Rio Grande Sul.

Foi nesse período pós-farroupilha que encontramos as primeiras correspondências entre Osório e José Antônio Corrêa da Câmara. Durante o ano de 1848, quando Osório ocupava o posto de tenente-coronel do Exército e Corrêa da Câmara servia como Tenente da 7ª Companhia do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira. Em 22 de abril de 1848, da cidade de Bagé, Osório escreveu a seguinte carta ao amigo Corrêa da Câmara:

Amigo e Sr. Tenente Câmara. Recebi o seu ofício conjuntamente com o soldado Rodrigues, e muito a bem louvo o seu procedimento para com o referido soldado. Pelo cabo Jerônimo lhe envio o outro soldado que vai para substituir aquele. **Tenho nesta mesma ocasião de dar-lhe a satisfatória notícia, que quando se recolher desse destacamento, terá de gozar uma licença sem tempo (se antes disso não lhe apertarem as saudades de Porto Alegre) Seu Camarada e amigo, Manoel Luís Osório** (grifo nosso).¹⁰

Como se pode perceber, ter boas relações e ter nascido em uma família de prestígio, renderam rede de contatos e de favores a José Antônio Corrêa da Câmara enquanto militar. A possibilidade de “gozar de uma licença sem tempo” pode ser compreendida como um privilégio ao tenente Corrêa da Câmara ou uma recompensa aos serviços prestados ao seu superior na hierarquia militar, no caso, o então tenente-coronel Osório.

A ausência de instituições independentes, com códigos, leis e regras relativamente próprios à instituição do Exército, não permitiu a consolidação de carreiras militares baseadas em mecanismos e/ou em regimentos internos ao longo do século XIX. Assim sendo, o uso de laços de sociabilidade e de reciprocidade alinhavadas a partir de compromissos pessoais, resumem uma característica estruturante das carreiras de muitos dos oficiais do Exército imperial. Por conseguinte, o uso de alianças baseadas em relações pessoais, alicerçadas na capacidade de acúmulo de bens simbólicos que seriam reconduzidos para emergência na hierarquia militar, foram fatores fundamentais para alavancar a carreira de oficiais do Exército imperial, provenientes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ainda que já nesse período se pudesse acompanhar um aumento de competência técnica aos oficiais do Exército - através do curso de armas e do estabelecimento de mérito como elemento fundamental para a conquista de altas patentes do oficialato – esses critérios não serviram como um impedimento para que outros fossem utilizados. Entre os outros critérios, verificam-se principalmente os de caráter pessoal. Logo, ter bons relacionamentos na esfera política imperial poderia valer tanto quanto ou mais do que ser um bravo combatente nos campos de batalha.¹¹

Dentro e fora da esfera militar, sabe-se que as famílias Osório e Corrêa da Câmara eram velhas conhecidas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1857, o brigadeiro Manoel Luís Osório, no Comando da Fronteira de Missões, teve a incumbência de comandar expedições para a exploração dos campos no Uruguai juntamente com o então Presidente da Província, Patrício Corrêa da Câmara. Patrício era o filho mais novo e homônimo do 1º Visconde de Pelotas e, portanto, tio de José Antônio Corrêa da Câmara. Tratavam-se dos campos de ricos ervais, também denominado campo das “Vacac Brancas”.¹² Com o “sucesso” da expedição, anos mais tarde, em 19 de maio de 1866, Osório foi contemplado com o título de

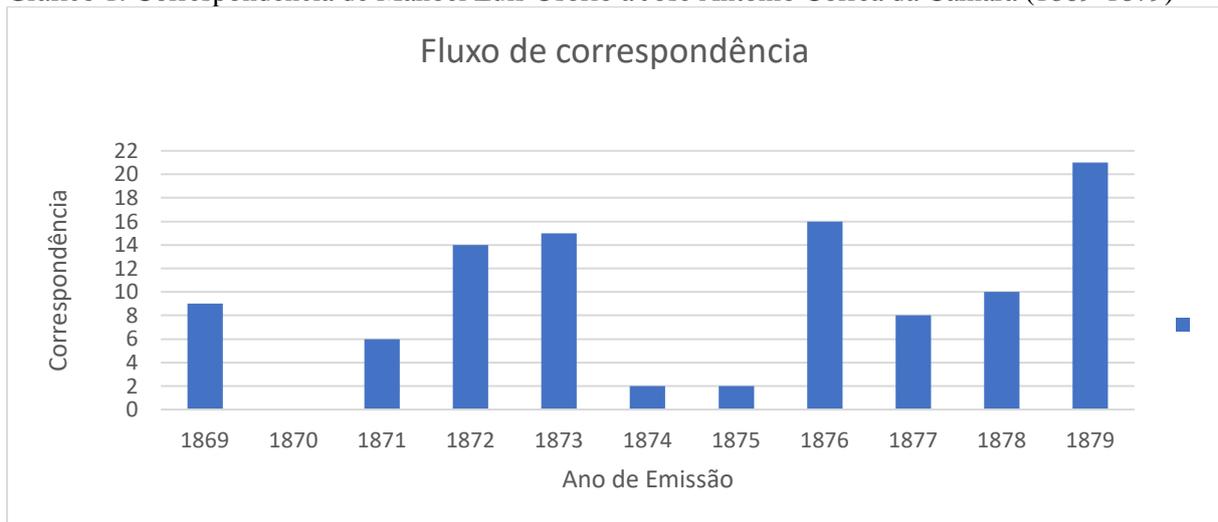
Barão do Herval. As correspondências de Osório com Patrício Corrêa da Câmara durante esse período revelam os bastidores da organização de uma empresa de exploração de terras habitadas por indígenas na fronteira da província, com autorização do governo Imperial.¹³

Voltando para a relação de Osório e Câmara, em 1868, durante a Guerra do Paraguai, o então coronel Corrêa da Câmara atuou no comando da 5ª Divisão de Cavalaria, que pertencia às linhas avançadas do 3º Corpo do Exército, comandado pelo general Manoel Luís Osório. A relação entre Corrêa da Câmara e Osório intensificou-se durante esse período que atuaram juntos nos campos de batalha. Após a Guerra do Paraguai, mantiveram o bom convívio por meio das missivas.¹⁴

A análise das correspondências trocadas entre José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório, durante os anos de 1869-1879, entre outras questões, revelam os diálogos entre dois indivíduos que passaram a dedicar maiores esforços e tempo para os assuntos políticos da Província do Rio Grande do Sul e da Corte do Rio de Janeiro. Ao destacar os momentos de aproximação entre os indivíduos e/ou grupos políticos no século XIX, por meio de análise de correspondência, buscamos visualizar situações de influência, elementos que condicionavam as disputas eleitorais, bem como os vínculos e as alianças políticas construídas por Corrêa da Câmara e por Osório. Tais questões, que estão relacionadas às atuações das elites políticas e militares, foram expressas nas cartas trocadas entre indivíduos que eram líderes do Partido Liberal sul-rio-grandense e que chegaram as mais altas patentes do Exército no século XIX.¹⁵

Na correspondência remetida por Manoel Luís Osório à José Antônio Corrêa da Câmara, que está sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), foram encontradas 101 cartas. No gráfico 1, a seguir, apresentamos o fluxo da correspondência remetida por Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara entre os anos de 1869 a 1879.

Gráfico 1: Correspondência de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara (1869-1879)

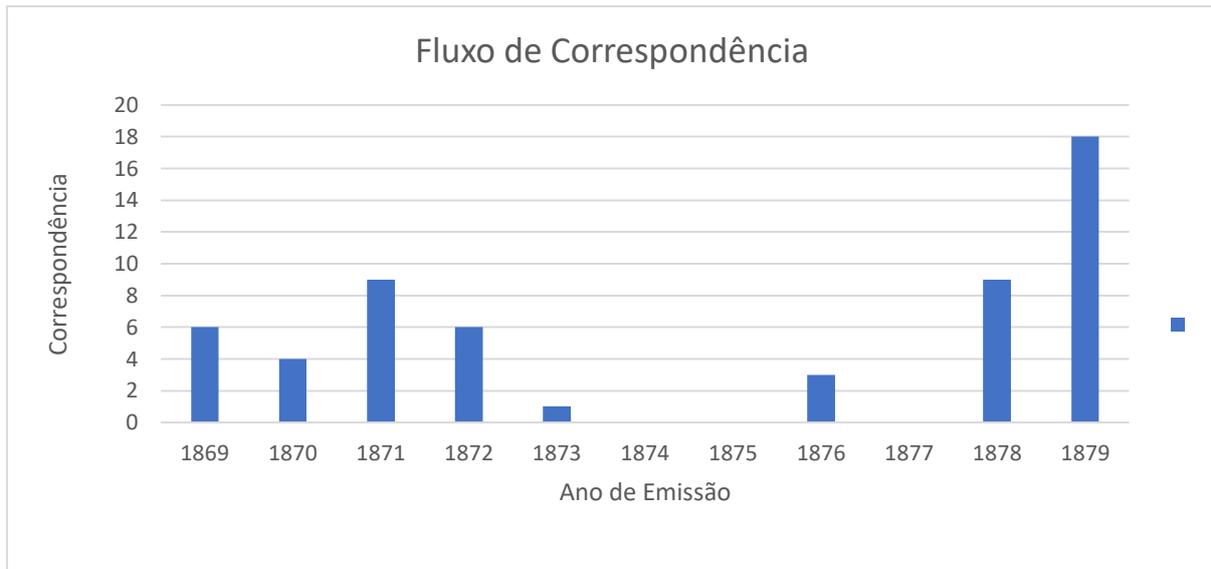


Fonte: Fundo General Câmara (IHGRS) - correspondência enviada por Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara.

Através do gráfico pode-se perceber que o fluxo de correspondência oscilou ao longo dos dez anos observados. Com exceção ao ano de 1870, quando não foram encontradas cartas de Osório a Corrêa da Câmara, todos os outros anos observados registraram duas ou mais cartas. Durante os primeiros anos após a Guerra do Paraguai, Osório se dedicou às suas propriedades nas localidades de Pelotas-RS e de Arapeí-Uru. Dessas localidades, partiram todas as cartas de Osório a Corrêa da Câmara, entre os anos de 1871 e 1872. Durante a década de 1870, Manoel Luís Osório foi o principal correspondente de José Antônio Corrêa da Câmara.

Na correspondência remetida por José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório, que está sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foram encontradas 50 cartas. Na montagem do gráfico abaixo, foram incluídas 6 cartas enviadas por Corrêa da Câmara a Osório, durante o ano de 1869, que foram encontradas na biografia escrita por Fernando Luís Osório. No gráfico 2, abaixo, é apresentado o fluxo da correspondência remetida por José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório entre os anos de 1869 a 1879.

Gráfico 2: Correspondência de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório (1869-1879)



Fonte: Coleção General Osório (IHGB); OSÓRIO, Fernando Luís. - Correspondência enviada por José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório.

Com base nos dados do gráfico, nota-se que o fluxo de correspondência tem uma oscilação bastante acentuada na metade da década 1870. Durante os anos de 1874, 1875 e 1877, não foram encontradas cartas remetidas por Corrêa da Câmara. No entanto, pode-se inferir que, após a Guerra do Paraguai, esses indivíduos mantiveram a relação que haviam consolidado durante o conflito. Através dos gráficos com o fluxo das correspondências entre Corrêa da Câmara e Osório, nota-se que o período de maior incidência das cartas trocadas entre eles foi durante o ano de 1879. Durante esse ano, Osório ocupava os cargos de senador e de ministro da Guerra, enquanto Corrêa da Câmara atuava como conselheiro de Guerra. Vale salientar que, mesmo quando não encontradas correspondências entre Osório e Corrêa da Câmara, acredita-se que a troca de informações e diálogos entre os dois não deixaram de acontecer.

Desse modo, vale destacar que uma das principais dificuldades de se trabalhar com correspondências enquanto fontes documentais de análise histórica, relaciona-se ao fato de que tais fontes terem sido, muitas vezes, submetidas à seleção do que deveria ou não ser preservado. Tratando-se de militares e de políticos, suas correspondências foram preservadas por tratarem-se não apenas de uma simples relação entre remetente e destinatário comuns, mas por interesses comprobatórios sobre suas personalidades políticas e seus papéis em tomadas de decisões de governo. Entretanto, nem sempre a tarefa de “receber, ler, responder e guardar cartas” se

confirmava por completo, ainda mais quando as fontes passam por longos períodos de tempo em arquivos privados, também submetidos à seleção.¹⁶

De qualquer forma, pode-se perceber que, durante a primeira metade da década de 1870, a postura adotada pelo Visconde de Pelotas e pelo Marquês do Herval foi a de atuarem como mediadores das demandas políticas de correligionários, amigos e parentes, sem que para isso precisassem ocupar cargos políticos formais e/ou institucionais. No entanto, na segunda metade dessa década, as dinâmicas políticas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul promoveram a aproximação desses indivíduos a cargos políticos na Corte no Rio de Janeiro. No próximo item desse artigo, portanto, salientamos a atuação política de Osório e Corrêa da Câmara, tanto nos bastidores das eleições provinciais, quanto no exercício dos cargos no governo imperial nos anos finais da década de 1870.

Ao longo da década de 1870, a ascensão e predomínio político do Partido Liberal no Rio Grande do Sul foram construídos através de estratégias que geraram o controle político das forças da Guarda Nacional, a maior representatividade no poder legislativo provincial e a gestão das câmaras municipais.¹⁷ Tais estratégias somente foram possíveis mediante negociações entre os líderes do Partido Liberal e os principais representantes e chefes políticos locais. Já na vitória liberal nas eleições de 1872 no Rio Grande do Sul, as cartas do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval revelam a participação dessas duas lideranças provinciais no processo eleitoral. Nessa perspectiva, sendo o Marquês do Herval e o Visconde de Pelotas aliados políticos e dois dos principais chefes do Partido Liberal, o caminho que os aproximou dos cobiçados cargos políticos do Império teve relação com essa ascensão política deles na Província a partir da atuação cotidiana dos mesmos em negociações de alianças estratégicas em diferentes localidades.¹⁸

Em períodos eleitorais, as conversas entre os chefes político-partidários eram fundamentais. As chapas do Partido Liberal começavam a ser construídas meses antes do processo iniciar. Tais negociações envolviam diversos indivíduos e a inclusão nas chapas dependia de uma série de fatores, eram critérios fundamentais: a condição econômica, o prestígio social e a capacidade de fazer alianças. Em correspondência do dia 12 de janeiro de 1872, da cidade de Pelotas, o Marquês do Herval consultava o Visconde de Pelotas acerca da organização política do Partido Liberal para as eleições: “(...) como vamos de política em Porto Alegre? Diga-me francamente se lhe parece que devemos ou não tratar de eleições futuras, e que providências tem tomado a respeito o centro liberal de Porto Alegre.”¹⁹

No fragmento selecionado, Osório lembrava à Corrêa da Câmara a necessidade de se acionar os principais líderes do Partido Liberal para o trabalho nas eleições. Na sequência da correspondência, o Marquês do Herval mostrava-se incomodado com a falta de notícias dos demais chefes políticos do Partido Liberal: "(...) nada sei do Conde de Porto Alegre, e do Gaspar Martins que por aqui passou voando nada me disse (...)" A falta de informações poderia ser interpretada de formas distintas entre as lideranças políticas. Ainda na mesma correspondência, Osório assinalava para que se fizessem as eleições, mas que os trabalhos fossem realizados com sigilo: "(...) é minha opinião que, se trabalharmos devemos ser reservados nas providências que se tomarem e nos trabalhos que se fizerem. Muita saúde lhe deseja o seu amigo e camarada, Marquês do Herval."²⁰

A tentativa do Marquês do Herval em animar seus correligionários políticos teve resultado. A resposta do Visconde de Pelotas foi enviada em 21 de janeiro de 1872, através do seguinte telegrama: "Previno a V. Ex. que a nossa resposta de sua carta de 12 deste mês é no sentido afirmativo. Rogamos a V. Ex. que nos acuse este telegrama. Visconde de Pelotas".²¹ Como se pode perceber, o sigilo sugerido pelo Marquês do Herval foi seguido pelo Visconde de Pelotas ao enviar a sua resposta por telegrama e sem muitas informações sobre as negociações políticas. A resposta positiva que ofereceu ao Marquês do Herval referia-se às instruções de pleitear aquelas eleições vindouras.

As negociações políticas, em muitos casos, envolviam questões de prestígio e de barganha. Tais práticas configuravam algumas das formas de atuação política durante o século XIX. Quase sempre as eleições eram decididas pelo empenho dos chefes políticos e partidários durante o processo eleitoral. A construção de alianças e de estratégias para obtenção de votos poderia render, em contrapartida, acesso privilegiado aos cargos públicos, às nomeações ligadas à Guarda Nacional e ao Exército.

Durante o processo eleitoral, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul era dividida em dois distritos eleitorais. O 1º Distrito Eleitoral tinha como sede a cidade de Porto Alegre e o 2º Distrito possuía como sede a cidade de Rio Grande. Nas eleições para a Câmara de Deputados, os eleitores deveriam escolher os representantes através de uma lista tríplice de candidatos apresentada em cada distrito eleitoral.²²

No dia 28 de janeiro de 1872, da cidade de Pelotas, Manoel Luís Osório anunciou a Corrêa da Câmara suas primeiras medidas relacionadas às eleições:

Excelentíssimo amigo, Senhor Visconde de Pelotas. Recebi a sua carta de 23 cobrindo a do Dr. Flores e **fica entendido da Resolução de pleitear as eleições** (grifo nosso), já escrevi para São Borja e o vou fazer em breve para o Alegrete e Livramento, já prevenindo, também dizer algo para Santana, Uruguaiana (...) **O Dr. Flores, a quem mais convinha, deve dar a lista para o Passo Fundo a Cruz Alta, e se quiserem alguma carta minha ainda que nada valha, digam o nome do sujeito a quem deve ser dirigida;** (...) **Como V. Ex. entendo que o Dr. Gaspar deve ir sim ser um dos nossos candidatos** (...) (grifo nosso)²³

Através da correspondência acima, pode-se perceber que a influência política de Osório era sentida em diversas localidades da província. Um dos líderes liberais mencionado por Osório, o médico Luís da Silva Flores, até as eleições de 1867, fazia parte do Partido Progressista no 1º Distrito Eleitoral. Durante aquele processo eleitoral, Gaspar Silveira Martins e Félix da Cunha trabalharam na união de integrantes do Partido Progressista ao Partido Liberal nas disputas políticas na província. Essa união atraiu ao Partido Liberal Histórico, duas lideranças importantes: Luís da Silva Flores e Manuel Marques de Sousa (Barão de Porto Alegre). A capacidade de negociação política e as alianças importantes de Gaspar Silveira Martins garantiram a confiança de Osório. No final da correspondência acima citada, o Marquês do Herval assinalou ao Visconde de Pelotas que apoiava a candidatura de Gaspar Silveira Martins.²⁴

As correspondências, denominadas na época de circulares, do Marquês do Herval a seus correligionários eram frequentes em períodos eleitorais. No dia 11 de julho de 1872, o Visconde de Pelotas remeteu a seguinte mensagem ao Marquês do Herval, solicitando-lhe que escrevesse recomendações políticas:

Excelentíssimo, amigo e Senhor Marquês. **Manda-me V. Ex. uma carta para o Coronel Francisco R. de S. Feijó** no sentido de ajudar-nos. **Seria também conveniente que escrevesse ao J.L. de Lima Brandão e ao irmão João Estácio** (grifo nosso) (...) De V. Ex. amigo, obrigado e criado, Visconde de Pelotas.²⁵

A solicitação realizada pelo Visconde de Pelotas na carta acima parece ter sido cumprida. No dia 14 de julho de 1872, Marquês do Herval enviou correspondência endereçada ao Sr. João Estácio de Lima Brandão, solicitando-lhe apoio político para o Partido Liberal nas eleições:

Ilustríssimo Sr. João Estácio de Lima Brandão. Estimarei que tenha gozado a melhor saúde. Empenhando a respeitosa amizade e consideração que lhe tributo, **peço-lhe o especial favor de acompanhar com seu voto nas eleições que se aproximam, ao Partido Liberal** (grifo nosso) que pleiteia a eleição nessa capital, se V. Ex. acolhe o meu pedido como espero sirva-se entender-se a respeito com o meu cunhado Tenente Bordini, que **V. Senhoria conhece, não lhe-é estranho o desembaraço com que se levantar o despotismo de muitos e que tem produzido igual desembaraço no**

partido republicano, que se organiza; um e outro produziram a marcha, e **é o Partido Liberal que pode salvarmos e restabelecer o governo monárquico representativo** (grifo nosso) (...) é este o fim da eleição que vamos pleitear. Seu Patrício e amigo. Marquês do Herval.²⁶

Esta carta foi encontrada dentre os documentos recebidos pelo Visconde de Pelotas, uma vez que havia sido ele quem a solicitou. Não temos mais informações acerca dos irmãos João Estácio e José Luís de Lima Brandão. Entretanto, o conteúdo desta carta revelou que, entre os argumentos utilizados por Osório para atrair votos ao Partido Liberal, estava a tímida organização do Partido Republicano na província. Ao que parece, Corrêa da Câmara solicitou a influência política de Osório com os irmãos Lima Brandão, que eram simpáticos à causa republicana. O Partido Republicano Rio-grandense (PRR) somente foi fundado oficialmente em 1882, o que não quer dizer que, antes disso, não houvesse quem advogasse suas ideias. No Rio de Janeiro, porém, o Partido Republicano teve início em 1870, com o retrato de Manoel Luís Osório alçado “na sala de sessões do Club”.²⁷

A liderança política alcançada pelo Visconde de Pelotas, sobretudo após a Guerra Paraguai, foi expressiva na província. Assim como as cartas e circulares do Marquês do Herval eram frequentes na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o prestígio e os vínculos sociais estabelecidos pelo Visconde de Pelotas também o colocaram na incumbência de ativar suas redes de reciprocidade e de sociabilidade para o êxito do Partido Liberal nas eleições. No dia 23 de junho de 1872, de Pelotas, o Marquês do Herval solicitava ao Visconde de Pelotas uma carta de recomendação para seus parceiros liberais de Bagé:

(...) **os nossos amigos de Bagé me pedem uma carta sua para o Coronel Genuíno**. (grifo nosso) Pedindo-lhe que não hostilize aos liberais e que vote de acordo com o Dr. Pena, isto é, com os nossos, eu podia escrever porém os nossos amigos pressentiram que **o Genuíno é muito seu dedicado e que ainda se recente de eu ter devolvido o Batalhão que ele comandou, lá na guerra** (grifo nosso) (...) ²⁸

Em períodos eleitorais, as alianças pessoais poderiam ser utilizadas tanto na consolidação de apoio político, quanto no trabalho contrário. No fragmento da carta acima, o prestígio político do Visconde de Pelotas foi requerido para influenciar o coronel Genuíno Olímpio Sampaio, sujeito que possuía algum ressentimento com o Marquês do Herval. Genuíno residia no município de Bagé, região de fronteira que fora palco de disputas políticas acirradas entre as facções liberal e a conservadora. Obviamente, o objetivo do Marquês era atrair apoio e votos ao Partido Liberal.²⁹

No dia 02 de julho de 1872, em outra correspondência enviada de Pelotas, o Marquês do Herval salientou novamente a importância do envio da carta do Visconde de Pelotas ao coronel Genuíno. “Excelentíssimo, amigo Sr. Visconde de Pelotas. [...] o coronel Genuíno disse que só votaria com os Tavares se não tivesse algum pedido de V. Ex. contra, já vê quanto é preciso que V. Ex. me mande uma carta para ele [...]”³⁰.

A carta acima revela como eram construídas as negociações e as alianças políticas em períodos eleitorais na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A família do estancieiro João da Silva Tavares, Barão de Serro Alegre, citado na carta acima, estabeleceu grande influência política em Bagé, sendo o principal rival político dos liberais naquele município.³¹ Osório sabia da relevância de ter o apoio político do coronel Genuíno, ainda mais quando as disputas políticas estavam acirradas.

A influência da família Tavares e a política do Partido Conservador na região da campanha enfraqueceu a partir da queda do Gabinete Zacarias de Góes e Vasconcelos (1866-1868). A partir de então, a reorganização do Partido Conservador permitiu o ingresso de muitos liberais-progressistas ao partido. Conforme Helga Piccolo, a entrada desse grupo de progressistas provocou “desavenças internas que se traduziram na formação de dois ‘blocos’ dentro do partido: os ‘lobos’, conservadores ‘puros’ e os ‘cordeiros’, ex-progressistas”. Essa divisão interna do Partido Conservador o diminuiu e aprofundou-se ainda mais com a promulgação da Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871, aprovada no Gabinete conservador de José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco). A lei contrariou os interesses de proprietários escravocratas da região da campanha rio-grandense, que, provavelmente, não esperavam tais reformas em um gabinete conservador.³²

A divisão dos conservadores abriu espaço político para o avanço do Partido Liberal na região da campanha. Além da família Tavares, em Bagé, a região ainda contava com a forte influência da família Ribeiro de Almeida, em Alegrete. A situação em Alegrete mudou quando o coronel da Guarda Nacional Vasco Alves, Barão de Santana do Livramento, estancieiro de Alegrete, deixou a facção conservadora e passou a lutar pela causa liberal nas eleições de 1872. Vasco Alves era veterano da Guerra do Paraguai e até aquelas eleições aliado político importante da família Ribeiro de Almeida, chefiada, naquela conjuntura, por Victorino Ribeiro de Almeida, Barão de São Borja. No entanto, Vasco Alves estava contrariado com o General Vitorino, que não havia atuado em favor de sua nomeação para o Comando da Fronteira.³³

A mudança de facção política de Vasco Alves contou com a influência e com o prestígio dos amigos e camaradas dos campos de batalha no Paraguai, Osório e Corrêa da Câmara. Em

correspondência do dia 16 de maio de 1872, de Pelotas, Osório ressaltou a Corrêa da Câmara a atuação política do coronel Vasco Alves: “Estimarei que vá melhor de seus incômodos de saúde e que esteja contente do procedimento do nosso amigo e camarada Vasco Alves segundo a carta que ele me mandou (...)”.³⁴ O elogio de Osório a Vasco Alves estava relacionado a atuação do mesmo nas eleições em favor da causa liberal, já que, contando com o apoio de Alves, o Partido Liberal venceu a eleição no município de Alegrete.

Durante o ano de 1872, Corrêa da Câmara ocupou o cargo de inspetor dos corpos estacionados no Rio Grande do Sul. O cargo era submetido ao comandante de armas da província, que estava sob comando do chefe da facção conservadora a pouco, o recém citado general Victorino Ribeiro de Almeida. O comando de Victorino parecia dificultar a atuação política de Corrêa da Câmara. Em correspondência no dia 1º de junho de 1872, o Visconde de Pelotas revelou ao Marquês do Herval o interesse em deixar os serviços de inspeção, para se dedicar à luta eleitoral:

Ex. Sr. Marques do Herval (...) **De Porto Alegre penso officiar ao ajudante general pedindo demissão do cargo** (grifo nosso), que não posso já exercer por doente, como também porque **quero mais livremente empenhar-me na luta eleitoral** (grifo nosso). Na capital, aguardo suas ordens. Sou de V. Ex. com particular estima. Amigo devotado e obrigado criado, Visconde de Pelotas.³⁵

A carta acima foi enviada pelo Visconde de Pelotas do município de Santana do Livramento, quando este prestava o serviço de inspeção dos corpos estacionados na região. Após o envio dessa carta ao Marquês do Herval, o Visconde de Pelotas não permaneceu por muito tempo no cargo de inspetor, sendo exonerado do cargo no dia 17 de agosto de 1872. O empenho desses chefes políticos nas eleições para a Assembleia Legislativa provincial pode ser considerado como um dos motivos da vitória do Partido Liberal em quase toda a província. Após a vitória eleitoral de 1872, o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval foram saudados pelos correligionários, em cartas como a seguinte, recebidas naqueles meses logo após ao pleito. O ex-Presidente da Província e naquele período senador do Império, Antônio Fernandes Braga, no dia 30 de setembro de 1872, escrevia o seguinte:

Exmo. Amigo Sr. Visconde de Pelotas. Tendo ido ao Rio de Janeiro em agosto, (...) tive o prazer de encontrar a estimada carta de V. Exa. de 30 de julho cujo conteúdo aprecio muito e agradeço, **felicitando V. Exa. pelo bom êxito que tiveram os seus esforços nas eleições.** (grifo nosso) Acabo de receber carta de nosso amigo Marquês do Herval, dando-me os nomes da deputação liberal dessa Província, com a qual será dignamente representada. **Achava-me na Corte quando lá chegou a notícia pelo telégrafo do triunfo do partido liberal, e particularmente de V. Exa nessa Capital** (...) (grifo nosso).³⁶

As felicitações entre correligionários dimensionam a expectativa que as disputas eleitorais representavam. Dentre as principais atribuições dos deputados provinciais, estavam a criação e a cobrança de tarifas de impostos, além da distribuição de cargos na província e nos municípios. Devido à importância dessas demandas, as Assembleias se tornaram um dos principais canais de negociação política no século XIX. A partir dessas eleições de 1872, o Partido Liberal conquistou grande hegemonia política na província. Entre os representantes liberais eleitos estavam: Gaspar Silveira Martins, Conde de Porto Alegre, José de Araújo Brusque, Florêncio de Abreu, Barão de Mauá e Luís da Silva Flores.³⁷

Em carta ao Marquês do Herval, o Visconde de Pelotas, no dia 10 de outubro de 1872, exaltou a vitória dos liberais: “Excelentíssimo amigo e sr. Marquês do Herval. O triunfo do Partido Liberal, nesta província, indubitavelmente é devido a V. Ex. [...]”³⁸ Nesse trecho da carta, o Visconde de Pelotas atribuía a vitória do Partido Liberal nas eleições à Assembleia provincial, aos trabalhos eleitorais realizados pelo Marquês do Herval.

Desse modo, com o predomínio liberal houve a emergência de lideranças políticas que despontaram já nesses anos iniciais de 1870 na Província e, mais para o final da década, com o Gabinete liberal de 1878, assumiram cargos na Corte. Entre essas lideranças, destacam-se os militares Marquês do Herval e Visconde de Pelotas, e os bacharéis Gaspar Silveira Martins e Henrique D’Ávila. A trajetória do advogado de Jaguarão, Henrique D’Ávila, ilustra a ascensão política dos liberais rio-grandenses. Conforme Amanda Both, D’Ávila foi eleito deputado provincial em 1863, destacando-se ao longo da mesma década na Assembleia Provincial, ocupando inclusive em várias legislaturas a mesa diretora. Em 1880, por indicação de Visconde de Pelotas, tornou-se Presidente da Província do Rio Grande do Sul. A partir de 1882 o bacharel de Jaguarão tornou-se senador e, em 1883, assumiu o ministério da Agricultura.³⁹ Outra trajetória exemplar dessa ascensão liberal, foi a do bacharel Gaspar Silveira Martins, que fez carreira em diversos cargos da burocracia imperial, desde Juiz Municipal, Deputado Geral e Provincial, Senador do Império, Conselheiro do Estado e Ministro da Fazenda (1878). Silveira Martins, da mesma forma que Câmara e Osório, teve sua promoção política nas duas últimas décadas do Império do Brasil.⁴⁰

Durante a primeira metade da década de 1870, o trabalho político do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval, como havíamos mencionado, aconteceu muito mais nos bastidores das tramas políticas e das disputas eleitorais, do que como representantes de cargos formais e/ou institucionais. Para ilustrar a habilidade desses chefes para reverter em apoio

político o prestígio social que conquistaram nos campos de batalha, tem-se essa ação política do Marquês do Herval. Em trecho da carta abaixo, ressaltamos a sua acurada capacidade de análise do contexto, suas articulações com outras lideranças como Gaspar Silveira Martins e Manuel Lucas de Oliveira, Henrique D'Ávila e Luis da Silva Flores, bem como sua preocupação com possíveis conflitos internos no Partido Liberal no futuro próximo:

(...) tenho presente a sua de 7 de dezembro último. Vou escrever ao Gaspar sobre o Lucas. Recebi a nota da votação de Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira. O colégio conservador de Bagé não fez eleição, creio, portanto, que triunfará a chapa liberal. Vejo que nesse circuito está o partido sem direção, o que creio se poderá remediar reunindo-se os eleitores da capital e as principais notabilidades do partido e nomearem (...) um diretor ou chefe enquanto não chegar por ali o Sr. Porto Alegre. (...) é muito possível que tenhamos uma assembleia provincial unânime e eu e alguns amigos receamos discordância pessoal entre os eleitos que venha enfraquecer o partido, derrotá-lo mesmo para o futuro. Por essa razão escrevi aos Srs. Ávila, Ribas e Flores pedindo-lhes todo o empenho com os deputados nossos amigos, **para que não haja entre nós o que houve entre lobos e cordeiros, pois não há desculpa para quem despreza a experiência**, (grifo nosso) (...).⁴¹

Na carta acima, percebemos que a atuação do Marquês do Herval na política paroquial não representava uma incapacidade de atuar na “grande política” de cargos e de funções burocráticas do Estado imperial. Apesar de ter dito, segundo seu filho Fernando Luís Osório, que o “parlamento era para doutores e não para ele que o que sabia era de certo que não sabia nada”, o senhor guerreiro e de estância Marquês do Herval, em 1877, depois de muita resistência, assumiu uma vaga no Senado.⁴² E, no ano seguinte, em fevereiro de 1878, os dois líderes do Partido Liberal da Província, Osório e Gaspar Silveira Martins, assumiam cargos no ministério. Como salientou Jonas Vargas, “pela primeira e única vez ao longo de toda a Monarquia, dois rio-grandenses eram alçados a um mesmo gabinete ministerial”.⁴³ Tal acontecimento não passou despercebido por Câmara, que fez questão de parabenizar Osório pela sua nomeação de ministro da Guerra, em carta de 10 de janeiro de 1878:

Ex. Sr. Marques do Herval. Não é a V. Ex. a quem vou felicitar, mas ao país, e sobretudo ao exército, **por vê-lo nomeado Ministro dos Negócios da Guerra. Para V. Exa., compreendo bem, deve ser grande o sacrifício, não pelo que tem de árdua a missão, mas pelas contrariedades que há de sofrer. Muitas vezes, no decorrer de seu alto cargo, e que partindo de cima deixam de externar melhor resultados.** (grifo nosso) Que deus lhe dê forças para levar ao fim o bem que pode fazer, são os desejos de quem é com a maior consideração de V. Exa. Amigo e atencioso obrigado criado Visconde de Pelotas.⁴⁴

Enquanto esteve à frente da pasta ministerial da guerra, durante o Gabinete Sinimbu (05/01/1878-28/03/1880), cargo que ocupou até sua morte em outubro de 1879, Osório continuou a trocar cartas com o General Câmara e outros amigos da sua vida política e dos

campos de batalha. Ele, logo no segundo mês de governo, já respondia afirmativamente as demandas enviadas pelo General Câmara:

O seu recomendado Capitão Teixeira Junior foi empregado no Arsenal, e o seu parente da Secretaria de Guerra mandou-me a sua carta (grifo nosso) (...). Não pode fazer ideia do mal estado das finanças do nosso país e da desordem que encontramos na administração. Todos os nossos colegas dizem que acham as cousas pior do que pensavam, e o desperdício criou interesses que nos criaram adversários, além da dificuldade em satisfazer aos amigos que querem substituir os desmamados (grifo nosso) (...).⁴⁵

Na carta acima, o Marquês do Herval atendia aos pedidos do Visconde de Pelotas, como a nomeação de um parente à Secretaria da Guerra e o emprego de seu recomendado, capitão Teixeira Junior, para o Arsenal de Guerra. Ou seja, mesmo que Osório tenha se queixado “da dificuldade em satisfazer aos amigos”, percebemos que ele cumpria efetivamente seu papel como mediador político entre a Corte e a Província/Paróquia, ao atender os pedidos do General Câmara. Mesmo tendo sido muito mais um estancieiro e militar, o Marquês do Herval, no cargo de ministro da Guerra, atuava como um típico mediador político, aquele indivíduo que conseguia transpor os limites de atuação da sua comunidade e ser responsável por realizar a conexão dos poderes regionais e locais ao poder central. Carl Landé, que enfatizou a presença da afetividade na relação diádica, em um contexto político clientelista, apontou as seguintes características dessa relação:

(...) totalmente voluntária ou pode ser obrigatória apenas para um de seus membros. Pode ser difusa e vincular simplesmente uma promessa mútua de ajuda a cada um, ou pode envolver obrigações claramente definidas para cada membro. Pode existir entre duas pessoas do mesmo status socioeconômico ou entre pessoas de status desigual. Pode ser de pequena duração, manter-se durante toda a vida e até ser legada de geração em geração pelos descendentes daqueles que criaram a relação diádica original. O único elemento essencial a essa definição é que a relação deve ligar dois indivíduos entre si por um vínculo pessoal direto.⁴⁶

As correspondências enviadas pelo general Osório ao general Câmara comprovam que, mesmo na Corte e no cargo de ministro da Guerra, Osório se preocupava com a situação política na Província e interferia das decisões internas da agremiação liberal. Além disso, a frequência das cartas trocadas entre eles evidencia que Osório contava com Câmara para resolver as questões políticas na Província, principalmente quanto a assuntos internos do partido.

Quando o senador Araújo Ribeiro faleceu, no mesmo dia 26 de julho de 1879, Osório, em atitude que comprova sua determinação e agilidade política, enviou um telegrama à Câmara informando a ocorrência e salientando que Câmara não deveria assumir a vice-presidência da

Província, pois isto poderia inviabilizar a sua candidatura ao senado. No dia seguinte, em correspondência ao General Câmara, Osório determinava:

Você deve fazer parte da lista senatorial com o Flores e o Martins. (grifo nosso) V. Exa. me conhece e por isso não se surpreenderá que eu lhe indique o Martins para candidato, depois de alguns corcovos [sic] que seu gênio violento o tem feito ser dominado pela adulação da nossa amável e juvenil assembleia provincial (salvo honrosas exceções) disciplinada pelos ligeiros de nossa pátria – Camargo e Florêncio.⁴⁷

Osório, mais adiante no texto, afirmava que permanecia no ministério para garantir a união e continuidade do gabinete liberal e concluía que, uma parcela dos liberais rio-grandenses, estavam perseguindo politicamente seu filho Fernando Luís Osório ao excluí-lo das eleições daquele ano. Tais conflitos internos no Partido Liberal, segundo as explicações usuais da historiografia que abordou o tema, tiveram origem, durante o Gabinete Sinimbu, nos debates da reforma eleitoral. Entre as medidas propostas pela reforma, aprovada, posteriormente, em 1881, como Lei Saraiva, estavam o direito de elegibilidade dos acatólicos, assunto que teria provocado a discórdia entre Gaspar Silveira Martins e Manuel Luís Osório.⁴⁸

No decorrer desta crise interna do gabinete Sinimbu, que levou a saída de Gaspar Silveira Martins do ministério, foi possível comprovar o quanto Osório estava conectado com as pautas da política da Província e como ele atuou, com agilidade e frequência na questão, bem como destacou o general Câmara para ser seu interlocutor e braço político no Rio Grande do Sul. Há uma sequência de cartas de Osório à Câmara sobre o tema. Em 9 de julho de 1879, Osório comentava com Câmara que Silveira Martins, Florêncio Carlos de Abreu e Silva e Antônio Eleutério Camargo “atiraram-se na oposição contra o governo”. O mais interessante é que Osório aliviava com Silveira Martins, afirmando que tinha “expressões de benevolência” para com ele. Todavia, quanto aos outros dois colegas liberais, avaliava que eram “autores de más consequências para o nosso partido”. Concluía a mensagem dizendo que sairia do governo se a sua retirada desse “ganho de causa aos acatólicos”. Enquanto ele não estivesse convencido disso, ficaria no gabinete Sinimbu, inspirado “nos interesses reais e sérios do país e do meu partido”.⁴⁹

Em 24 de agosto de 1879, Osório informava que Gaspar Silveira Martins iria a Província “com ânimo para acabar com a discórdia do partido”. As palavras do General indicavam – ou pelo menos era o que ele desejava sugerir – que o conflito era muito mais entre os liberais rio-grandenses do que entre ele e Silveira Martins, pois finalizava a missiva dizendo o seguinte: “Estimarei que ele resista ao mal gênio dos que a promoveram, e que com negra calúnia

projetaram desacreditar-me”.⁵⁰ Uma semana depois, em 1º de setembro de 1879, Osório voltava ao mesmo tema, afirmando que estava “de acordo em fazer parar a discórdia no partido liberal, ideia que tem também o Gaspar, segundo me disse”. E complementava o Marquês:

Devo, porém, dizer-lhe: que a oposição que por aí se tem feito ao governo, não tem razão de ser, e pode comprometer o nosso empenho se continuar; V. Exa. melhor apreciará as causas e resolverá com seu costumado tino.⁵¹

No trecho acima, além da promessa de Osório em terminar com os atritos com Silveira Martins, percebemos que ele atribuía à Câmara o papel de pacificador dos liberais da Província, alguém que teria a capacidade de unir os membros do partido. Também o deputado geral liberal Antônio Eleutério de Camargo, que estava na Corte, escrevia à Câmara para comentar as dissensões internas no partido. Segundo Sérgio Buarque de Hollanda, Antônio Eleutério de Camargo, assim como seus colegas de partido e deputados gerais Florêncio de Abreu e José Francisco Dianna, permaneceram fiéis à Silveira Martins durante o conflito.⁵² Pelas palavras de Camargo, confirmamos os limites heurísticos das correspondências como fonte histórica, algo inerente a qualquer testemunho, quando Camargo, em determinado trecho, faz questão de dizer que falaria pessoalmente com Câmara sobre o conflito entre Osório e Silveira Martins, pois havia “cousas que não se podem, nem se devem dizer em telegramas e cartas”:

Infeliz partido o nosso. Vejo tudo um horrível dismantelo, estamos desnorteados e não se confia em mais nada. Para coroar a obra o Martins saiu do ministério e ficou o General Osório! **Ei de dar a V. Exa. as razões porque ficou o General Osório; não o faço hoje porque há cousas que não se podem, nem se devem dizer em telegramas e cartas.** (grifo nosso) Por hoje posso apenas dizer que o próprio Fernando declarou-me que havia pedido, como filho, que seu pai continuasse!⁵³

Após considerar as explicações de ambos os lados do conflito, por meio das manifestações de seus amigos e correligionários, o Visconde de Pelotas dizia-se empenhado na preservação da união do Partido Liberal. Ainda sobre esse conflito interno do Partido Liberal, em correspondência do dia 18 de maio de 1879, o Visconde de Pelotas se mostrava a favor do procedimento realizado pelo Marquês do Herval, em permanecer no gabinete Sinimbu, mesmo com a saída de Gaspar Silveira Martins. Ao mesmo tempo, o Visconde procurava naturalizar as discordâncias políticas internas do partido:

Em relação aos motivos que, levaram-no a conservar-se no ministério, e as razões que tiveram para retirar-se os dois colegas de V. Ex. eu corresponderei a ela, falando-lhe com toda a franqueza: **é certo que na província se deu importância que não tem, em minha humilde opinião, a retirada dos dois ministros (...)** Na campanha por onde andei e a aqui, tenho dito aos nossos correligionários e amigos, que o nosso

grande empenho deve ser em conservar-se unido o partido, ainda que se tenham estremecido as relações de V. Ex. com o Dr. Martins, (grifo nosso) continuando a considerar os dois como chefes prestigiosos; lamentando somente que suas relações se tenham quebrado; mas que este fato realmente se deu, não passe de uma questão entre os dois (...)⁵⁴

Como ilustrado na correspondência acima, o Visconde procurou analisar o conflito entre os dois chefes liberais juntamente a seus “correligionários e amigos” da região da campanha e de Porto Alegre. A atuação do Visconde de Pelotas no atrito político entre Osório e Silveira Martins, como vimos, pode ser compreendida também como uma ação de mediação política. Os interesses de grande número de indivíduos da província, que haviam depositado confiança no Partido Liberal, dependiam do êxito da mediação realizada pelo Visconde de Pelotas. A manutenção do apoio político ao partido passava pelo cumprimento das reivindicações e das esperanças dos indivíduos que os haviam auxiliado nas eleições. Os indivíduos envolvidos nas tramas de relações políticas não representavam apenas a si mesmos, mas a grupos de indivíduos que haviam despendido dinheiro, estabelecido alianças e contribuído com prestígio político para elegê-los.

Contudo, torna-se também importante salientar que, com a saída de Gaspar Silveira Martins do Ministério da Fazenda e com a permanência do Marquês do Herval no Ministério da Guerra, o Marquês passava a ser o único representante do Rio Grande do Sul naquele gabinete ministerial, portanto, o principal canal de mediação entre a província e a Corte. Dessa maneira, em correspondência no dia 20 de maio de 1879, de Porto Alegre, o Visconde de Pelotas novamente escrevia ao Marquês do Herval, porém desta vez a temática não mais eram os conflitos internos do Partido Liberal. Eram tempos de renovação nos quadros da Guarda Nacional e do Exército, quadros institucionais importantes nos planos políticos do Partido Liberal. Nesse sentido, o Visconde de Pelotas solicitava ao Marquês do Herval as seguintes nomeações:

Tendo visto pelas renovações que tem feito para o exército e para a guarda dessa província que V. Ex. (...) está criada a 3º seção do batalhão de reserva, que a presidência propôs em 1878, que fosse chamada de corpo; para esta secção peço a nomeação de major para Narciso Caetano de Souza, sujeito considerado no lugar **é importante influência do partido liberal.** (grifo nosso). Para tenente coronel comandante do 13º corpo apresento a V. Ex. o nome de Antônio Rodrigues da Fonseca, que é major honorário do exército e capitão do mesmo corpo. **Este é chefe do partido liberal na aldeia.** (grifo nosso). **Está** ainda vaga o lugar de Comandante superior de Taquary, para onde podia ser nomeado o major da guarda nacional Antônio Victor de Sampaio Menna Barreto, **nosso companheiro político,** (grifo nosso) que lá tem fazenda e onde mora. **É investindo-me tão somente no interesse do partido que faço a V. Ex. estas indicações,** podendo afiançar-lhe, que todos são homens honestos, de prestígio, e com meios de vida que os tornam independentes.

(grifo nosso). **Se V. Ex.**, pois, quiser interessar por estas nomeações, afirmo-lhe, que nos fará importante serviço e se as obtiver rogo-lhe que me comunique por telegrama. Permita-me, com mais esta consideração de V. Ex. Amigo e atencioso e obrigado criado, Visconde de Pelotas.⁵⁵

Na correspondência acima, nota-se que os pedidos do Visconde de Pelotas estavam relacionados, principalmente, aos comandos da Guarda Nacional e do Exército, estacionados na província de São Pedro. Era através da nomeação dessas lideranças militares e políticas que muitas vezes os partidos garantiam o bom desempenho durante os pleitos eleitorais. Durante o ano de 1879, outras correspondências foram remetidas pelo Visconde de Pelotas ao Marquês do Herval, cujos conteúdos traziam sucessivos pedidos de nomeação para a Guarda Nacional e para o Exército, assemelhando-se à carta acima.⁵⁶

Sendo amigo e camarada de longos anos, o Visconde sabia o desconforto que o trabalho no ministério causava ao Marquês do Herval. Respondendo a uma das cartas do Visconde, no dia 21 de abril de 1879, o Marquês do Herval avaliava da seguinte forma o trabalho ministerial: “(...) como sabe este posto só traz sacrifícios, desgostos e perda da minha já tão alquebrada saúde”. O serviço burocrático não parecia ser atividade de domínio do Marquês do Herval, no entanto, permaneceu no ofício do cargo até o último dia de sua vida, em 4 de outubro de 1879.⁵⁷

Entre as demandas do Visconde de Pelotas à Osório ainda estava a promoção de seu filho Alfredo Pinheiro Corrêa da Câmara. No dia 9 de junho de 1879, da cidade do Rio de Janeiro, o Marquês respondeu a tais pedidos do Visconde de Pelotas, da seguinte maneira:

Tenho presente as cartas de V. Exa. de 27, 28 e 30 de maio, as quais respondo, pedindo-lhes desculpa da demora, porque ando muito aborrecido deste saco de gatos que é a política do desmantelado Brasil e de muita gente que sabendo tudo andam aos trambolhos (...) **Senhor, o seu Alfredo está Alferes, felizmente não tem V. Exa. mais filhos cadetes, e se tivesse eu teria o prazer de promover. Estimo que o partido, que tanto nos custou a unificar, corresponda as conveniências da província para conservar-se unido (...)** (grifo nosso)⁵⁸

Na correspondência acima, as palavras do Marquês do Herval expunham que uma das solicitações realizadas pelo Visconde de Pelotas envolvia a promoção de seu filho para alferes do Exército. O Visconde de Pelotas buscou utilizar do seu prestígio político e de sua proximidade pessoal com o Marquês do Herval para manejar suas indicações políticas e obter vantagens para pessoas de suas relações de amizade e de parentesco. Poucos meses após essa carta, com a morte do senador Araújo Ribeiro, o Visconde de Pelotas ficou sabendo que seria indicado como um dos candidatos do Partido Liberal ao senado. Com relação à possibilidade de nomeação ao cargo de senador, num primeiro momento, o Visconde de Pelotas dizia não ter

habilitações necessárias para assumir o cargo de Senador, como confessou ao Marquês do Herval em correspondência remetida de Porto Alegre, no dia 9 de agosto de 1879:

Excelentíssimo, Marquês do Herval. [...] **agradecendo-lhe quanto de lisonjeiro me diz, para justificar a minha candidatura**, (grifo nosso) quero dizer-lhe, que me não apresentaria candidato, deixando correr essa apresentação por conta de outros. **Os motivos de meu procedimento, achará V. Ex. na minha falta de habilitações para tão honroso cargo. Tendo, porém, diante da vontade manifestada por amigos que preso, deixando sem protesto essa indicação, que só pesará sobre eles a quem tão somente caberá a responsabilidade de um ato que não tem justificação plausível** [...] (grifo nosso).⁵⁹

Como se pode visualizar na carta acima, ainda receoso, o Visconde de Pelotas comentava que o peso da manutenção de sua indicação ao cargo de Senador recairia sobre seus amigos que se manifestaram a favor de sua candidatura. Nas eleições realizadas no dia 28 de outubro de 1879, o Visconde de Pelotas foi o mais votado e escolhido pelo Imperador para ocupar uma das cadeiras no senado imperial.⁶⁰

Entretanto, poucos dias antes dessa eleição, no dia 4 de outubro de 1879, no Rio de Janeiro, a vida do Marquês do Herval chegava ao fim, antes de ter visto seu camarada e amigo, Visconde de Pelotas, assumir o posto de senador do Império. Na década de 1880, o Visconde de Pelotas, enquanto senador e ministro da guerra, tornou-se um dos pilares da “questão militar”, episódio que acentuou os atritos entre os militares e a Coroa. Já na República, o Visconde de Pelotas foi o primeiro Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (15/11/1889 – 11/02/1890).

Ao longo da década de 1870, a maior expressão política dos liberais rio-grandenses fez com que houvesse, cada vez mais, aproximação e diálogo entre políticos da Corte e lideranças liberais da Província. A análise das correspondências entre José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório revelaram como foram construídos os bastidores das tramas político-partidárias no Rio Grande do Sul nos oitocentos. Também mostraram que a notoriedade e que o prestígio social, obtidos por Corrêa da Câmara e por Osório nos campos de batalha, foram transferidos para a arena política. Contando com os esforços políticos desses dois chefes militares, o Partido Liberal no Rio Grande do Sul, durante a década de 1870, conseguiu grandes vitórias nas eleições provinciais e aumentou sua representatividade nos cargos do governo central do Império do Brasil.

Para concluir, acreditamos que as correspondências do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval revelaram a atuação desses indivíduos nos bastidores e no cotidiano dos

períodos eleitorais e mesmo além destes, articulando votos e estratégias para seus correligionários, colegas de farda e amigos. Em uma província que se acostumou com a dinâmica de guerras e de conflitos ao longo do século XIX, o desfecho da Guerra do Paraguai serviu para aumentar o prestígio e a influência política dos militares sul-rio-grandenses. A ampliação dos vínculos de sociabilidade, na Província e na Corte, levou-os a ocupar cargos e ampliar sua capacidade de ação política tornando-os, efetivamente, mediadores políticos que estabeleceram um canal efetivo de comunicação e diálogo entre os poderes central e as demandas locais.

Notas

¹SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p.98. O currículo do general Osório reunia número grandioso de participações em conflitos, em batalhas e em guerras pelo Império. Além do empenho bélico, Osório também atuava diplomaticamente no Rio da Prata, por conhecer e ter bons relacionamentos com líderes políticos e militares dos países fronteiriços.

² Anos mais tarde, durante a Guerra dos Farrapos, quando Osório integrou as forças legalistas, novamente foi comandado por Bento Manoel. OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 2º volume., 1915.

³ Tornou-se capitão em 1838, major em 1842 e tenente-coronel em 1844.

⁴ OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.449.

⁵ Conforme Adriana Barreto de Souza, Manoel Luís Osório poderia ser associado à "cultura do soldado-estancieiro". Era reverenciado por soldados, peões e estancieiros na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Prestava auxílio a muitos desses indivíduos, o que lhe rendia o apoio quase incondicional de seus comandados. Osório sabia usar isto a seu favor. Quando chegava as eleições, recrutava a sua clientela composta por soldados de seu regimento, amigos e camaradas militares e membros de sua família, a votar em candidatos que representassem seus interesses. SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 94.

⁶ O Comendador José Antônio Fernandes Lima (1767-1834), nasceu em Viamão. Atuou como escrivão da Alfândega de Porto Alegre. Casou-se com Flora Corrêa da Câmara, em 1822, com quem teve dois filhos, Rita de Assis e José Antônio. Flora era filha de Patrício Corrêa da Câmara (1744-1827), português que foi comandante da fronteira de Rio Pardo e do Regimento de Dragões. Destacou-se também na conquista de territórios, no avanço dos limites fronteiriços e na anexação desses territórios à Coroa. CÂMARA, Rinaldo. *Marechal Câmara: Reflexões Introdutórias a sua Biografia (v.1)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964.

⁷ Bento Manuel Ribeiro nasceu em Sorocaba em 1783 e faleceu em Porto Alegre em 1855. Militar, atuou em diversos conflitos militares. Ver: FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.204-219.

⁸ CAMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia. (V.1)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964, p. 647.

⁹ OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 2º volume., 1915, p.207.

¹⁰ CAMARA, Rinaldo Pereira da. *Marechal Câmara: sua vida militar (V.2)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970, p.585.

¹¹ SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p.91-98.

¹² OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.601-610. Ver também: *Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 11 de outubro de 1857*. Porto-Alegre: Typographia do Mercantil, 1857, p. 61-63.

¹³ Ainda que brevemente, tratamos da relação entre Patrício Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório na dissertação de mestrado: GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. *Política e Sociabilidade no século XIX: a relação entre o Marquês do Herval e o Visconde de Pelotas*. (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2019, p.49-50.

¹⁴ As cartas trocadas entre Corrêa da Câmara e Osório durante a Guerra do Paraguai foram analisadas na dissertação de mestrado: GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. *Política e Sociabilidade no século XIX: a relação entre o Marquês do Herval e o Visconde de Pelotas*. (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2019, p.57-67.

¹⁵ O serviço de postagem no Brasil foi instituído apenas em 1829, embora a troca de correspondência entre Brasil e Portugal, bem como a comunicação interna entre as capitanias por meio de correspondência já existisse desde o princípio da colonização. Para melhor observar as diferentes transformações dos serviços postais no Brasil, ver: VENCESLAU, Igor. *Correios, logística e uso do território: o serviço de encomenda expressa no Brasil*. Dissertação Mestrado (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, USP, 2017. As trocas de correspondência entre Osório e Corrêa da Câmara, na maior parte das vezes, foram enviadas através de serviços postais dos Correios, salvo algumas exceções, quando tais missivas seguiam viagem com indivíduos de suas relações pessoais. No que diz respeito a qualidade desse serviço de postagem, pode-se notar que o tempo de entrega das missivas era bastante variável, também decorrente do distanciamento entre remetente e destinatário. Por exemplo, considerando o intervalo de tempo entre a data de envio e a data de resposta das missivas somente durante o ano de 1879, quando Osório estava no Rio de Janeiro e Corrêa da Câmara em Porto Alegre, pode-se notar que, em média, eram precisos 10 dias para que a resposta fosse enviada. Por essa razão, as mensagens com urgência, eram transmitidas por meio de telegramas, serviço ainda privado e que cobrava pelo número de palavras escritas.

¹⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p.19

¹⁷ O Partido Liberal no Rio Grande do Sul ressurgiu nas eleições de 1860, Félix da Cunha lançou seu programa em manifesto publicado pelo jornal “O Mercantil”. Entre suas bandeiras reformistas estavam: Senado temporário, eleições diretas, representação das minorias, independência da magistratura, liberdade individual, descentralização administrativa, entre outros temas. O programa não abordou a questão da escravidão. Para mais informações ver: PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

¹⁸ MARTINY, Carina. *“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”*. *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

¹⁹ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 12.01.1872. (IHGRS - Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

²⁰ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 12.01.1872. (IHGRS - Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

²¹ Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 21.01.1872. (IHGB - Coleção General Osório - L.233A).

²² O 1º Distrito era formado pelos colégios dos municípios de Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Vila de Taquari, Rio Pardo, Vila de Cachoeira e Caçapava. O 2º Distrito era formado pelos colégios das cidades de Rio Grande, Vila de Santa Cruz, Vila de Itaqui, Alegrete, Bagé, Vila de Piratini, Pelotas e Jaguarão. PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. *A construção da ordem fronteira: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. 2012. 416 f. (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012, p.259.

²³ Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 28.01.1872. (IHGRS - Fundo General Câmara - correspondência recebida).

²⁴ VARGAS, J. M. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889)*. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.57.

²⁵ Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 11.07.1872. (IHGB - Coleção General Osório - L.233A).

²⁶ Carta de Manoel Luís Osório a João Estácio de Lima Brandão. 14.07.1872. (IHGRS - Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

²⁷ OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.664. O uso político da imagem do General Osório realizado pelo movimento republicano, foi

trabalhado por Priscila Oliveira em: OLIVEIRA, R. P. A monumentalização de Manoel Luís Osório: a construção de uma memória militar nos últimos dias do governo do marechal Floriano Peixoto (1887-1894). *Revista Militares e Política*. Rio de Janeiro, nº7, jul.-dez, 2010, p.23-50.

²⁸ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 23.06.1872. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

²⁹ Genuíno Olímpio Sampaio nasceu na província da Bahia, mas foi transferido para o Rio Grande do Sul durante a Guerra Farrroupilha. Também atuou nos conflitos platinos e teve destaque na Guerra do Paraguai. Após o fim da Guerra do Paraguai atuou no comando de um batalhão nos municípios de Bagé e de Porto Alegre. Ver: GEVEHR, Daniel Luciano. Abaixo os miseráveis! Morram os assassinos! – os soldados avançam sempre: a heroização do Coronel Genuíno Sampaio na batalha contra os Mucker. *História: Debates e Tendências* – v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 49-62.

³⁰ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 02.07.1872. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

³¹ João da Silva Tavares foi comandante superior da Guarda Nacional de Bagé, entre 1866 e 1872, além de ter sido um dos chefes do Partido Conservador na região da Campanha. Ver: VARGAS, J. M. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889)*. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.221-222.

³² PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991, p.57.

³³ VARGAS, J. M. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889)*. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.221.

³⁴ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 16.05.1872. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

³⁵ Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 01.06.1872. (IHGB – Coleção General Osório - L.233A).

³⁶ Carta de Antônio Fernandes Braga a José Antônio Corrêa da Câmara. 30.09.1872. (IHGRS - Fundo General Câmara – Correspondência recebida).

³⁷ PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Monica (Orgs.). *Gaspar Silveira Martins: perfil biográfico, discursos e atuação na Assembleia Provincial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013, p.25.

³⁸ Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 10.10.1872. (IHGB – Coleção General Osório - L.233A).

³⁹ BOTH, Amanda Chiamenti. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2018.

⁴⁰ ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

⁴¹ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 11.01.1873. (IHGRS – Fundo General Câmara – Correspondência recebida).

⁴² OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p. 646.

⁴³ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010, p. 18.

⁴⁴ Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 10.01.1878. (IHGB - Coleção General Osório - L.233A).

⁴⁵ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 24.02.1878. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

⁴⁶ LANDÉ, Carl H. A base diádica do clientelismo. In: SCHIMIDT, S; et al. *Friends, followers and factions*. Tradução de Luiz Alberto Grijó. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p.14.

⁴⁷ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 27.07.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara – Correspondência recebida).

⁴⁸ ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2014, p.123.

⁴⁹ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 09.07.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara – Correspondência recebida).

⁵⁰ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 24.08.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara – Correspondência recebida).

⁵¹ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 01.09.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara – Correspondência recebida).

⁵² HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico, v. 5: do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.231.

⁵³ Carta de Antônio Eleutério de Camargo a José Antônio Corrêa da Câmara. 23.02.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara – Correspondência recebida).

⁵⁴ Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 18.05.1879 (IHGB - Coleção General Osório - L.230).

⁵⁵ Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório 20.05.1879. (IHGB – Coleção General Osório - L.230).

⁵⁶ Sobre a instrumentalização política da Guarda Nacional nos processos de recrutamento, promoções e dispensas da milícia ver: FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Ed.UFSM, 2010.

⁵⁷ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 21.04.1879. (IHGRS – Fundo General Corrêa da Câmara - Correspondência recebida).

⁵⁸ Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 09.06.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

⁵⁹ Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 09.08.1879. (IHGB - Coleção General Osório - L.230).

⁶⁰ José Antônio Corrêa da Câmara foi nomeado por carta imperial no dia 31 de março de 1880 ao senado. Em 5 de abril de 1880 foi também nomeado ao Ministério da Guerra, assumindo no dia 15 de maio e 1881. CAMARA, Rinaldo Pereira da. *Marechal Câmara: sua vida política (v. 3)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1979, p.17.

Referências

BOTH, Amanda Chiamenti. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2018.

CÂMARA, Rinaldo. *Marechal Câmara: Reflexões Introdutórias a sua Biografia (v.1)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. *Marechal Câmara: sua vida militar (V.2)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. *Marechal Câmara: sua vida política (v. 3)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1979

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FERTIG, André e GRUNDLING, Guilherme. O General Câmara na Guerra do Paraguai através de suas correspondências. *Estudios Historicos*, n. 10, Rivera, julio 2013.

GEVEHR, Daniel Luciano. Abaixo os miseráveis! Morram os assassinos! – os soldados avançam sempre: a heroização do Coronel Genuíno Sampaio na batalha contra os Mucker. *História: Debates e Tendências* – v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 49-62.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004

GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. *Política e Sociabilidade no século XIX: a relação entre o Marquês do Herval e o Visconde de Pelotas*. (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2019.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico, v. 5: do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LANDÉ, Carl H. A base diádica do clientelismo. In: SCHIMIDT, S; et al. *Friends, followers and factions*. Tradução de Luiz Alberto Grijó. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977.

LIMA, O. G. M. de. *Osório*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.

MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”. *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

OLIVEIRA, R. P. A monumentalização de Manoel Luís Osório: a construção de uma memória militar nos últimos dias do governo do marechal Floriano Peixoto (1887-1894). *Revista Militares e Política*. Rio de Janeiro, nº7, jul.-dez, 2010, p.23-50.

OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 2º volume., 1915.

OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894.

PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Monica (Orgs.). *Gaspar Silveira Martins: perfil biográfico, discursos e atuação na Assembleia Provincial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. 2012. 416 f. (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteiriça platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

SILVA, V. B. *Osório na infância, na adolescência, na família e na imortalidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.

CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CÉLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 38, p. 251-277, Jul-Dez, 2020

<http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.2.09>

VARGAS, J. M. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889)*. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

VIANA, L. *Tuiuti é Osório, Osório é Tuiuti*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.